

Editorial – Fechando mais um ano de publicações em Administração e Ciências Contábeis...

Caros Leitores,

Fechamos com este número o sétimo volume da Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão (SCG – FACC/UFRJ), com a publicação de nove artigos sobre temas de destacada relevância nas ciências administrativas e contábeis.

No primeiro artigo, intitulado “*Disclosure* Ambiental das Empresas de Energia Elétrica Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)”, os autores Clésia Ana Gubiani, Vanderlei dos Santos e Ilse Maria Beuren procuram, por meio da análise de conteúdo, verificar o nível de *disclosure* das informações ambientais nos relatórios da administração do período de 2006 a 2008 das empresas de energia elétrica listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Os resultados da pesquisa mostraram que há evidência satisfatória nas categorias de políticas ambientais e educação, treinamento e pesquisa ambiental. No entanto, os autores constataram que há necessidade de maior divulgação a respeito das categorias dos impactos dos produtos e processos no meio ambiente, políticas de energia e informações financeiras ambientais. Por fim, os autores concluíram que as informações evidenciadas nos relatórios da administração das empresas pesquisadas a respeito das informações ambientais não respeitam o princípio do *full disclosure* (divulgação plena).

Em “Evolução dos Níveis de Aplicação de Relatórios de Sustentabilidade (GRI) de Empresas do ISE/Bovespa”, os autores Rosany Corrêa, Maria Tereza Saraiva de Souza, Henrique César Melo Ribeiro e Mauro Silva Ruiz tratam da adoção e evolução dos níveis de relatórios de sustentabilidade (GRI). Para tanto, os autores procuraram (i) verificar o nível de evolução dos relatórios da GRI nas empresas do mundo; (ii) verificar o nível de evolução dos relatórios da GRI nas empresas do Brasil; (iii) analisar a estrutura e nível de aplicação dos relatórios da GRI nas empresas atuantes no ISE da BM&FBovespa. A análise evidenciou uma evolução significativa na adoção ao modelo GRI pelas empresas nos três níveis, mundo, Brasil e Índice de Sustentabilidade Empresarial. Os resultados da pesquisa mostraram, ainda, a evolução dos níveis desses relatórios, na busca do nível mais aprimorado GRI A, e com adoção significativa no Brasil por verificação aos níveis autodeclarados, o que legitima o modelo de relatório de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative*. Por fim, os autores concluíram que a evolução dos relatórios de sustentabilidade no modelo GRI do ISE BM&FBovespa se consolida como modelo mais utilizado em 30 empresas de um total de 45 em 2010, confirmando-se assim a legitimação desta metodologia.

No terceiro artigo, intitulado “A Influência do *Disclosure* Ambiental na Estrutura de Capital das Empresas Brasileiras listadas na BM&FBovespa”, Sheila Mendes Fernandes propõem a verificação da relação entre o *disclosure* ambiental e a estrutura de capital de 89 empresas classificadas de acordo com a Lei 10.165 que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, no período de 2006 a 2010. Na pesquisa, foram utilizadas como *proxies* para estrutura de capital o endividamento para verificar o custo de capital de terceiros e o CAPM para verificar o custo de capital próprio. Para mensurar o nível de *disclosure* ambiental foi realizada análise de conteúdo nas notas explicativas, no relatório da administração e no relatório de informações ambientais contido no relatório de Informações Anuais (IAN). Os achados do estudo demonstraram que o *disclosure* ambiental não afeta o custo de capital de terceiros, ou seja, no mercado brasileiro, as informações ambientais sejam elas positivas ou negativas não impulsionam o mercado de modo a influenciar positivamente/negativamente o custo da dívida. Entretanto, os resultados demonstraram que o *disclosure* ambiental positivo afeta negativamente o custo de capital próprio demonstrando que a “boa imagem ambiental da empresa” alavanca a credibilidade da companhia, fator esse crucial para a redução do risco da

empresa uma vez que o envolvimento com a sustentabilidade além de gerar economia pela utilização eficaz e eficiente dos recursos elimina e/ou reduz a incidência de regulamentações do governo.

Leandro da Costa Lopes, Juliana Matos de Meira, Luiz Carlos Miranda, Marco Tullio de Castro Vasconcelos e Aldemar Araújo dos Santos, no artigo intitulado “Divulgação Voluntária da Cadeia de Valor nos Relatórios Financeiros de Empresas Brasileiras de Capital Aberto”, verificam se empresas brasileiras, listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), divulgam informações de gerenciamento da cadeia de valor em seus relatórios financeiros, e se existe relação entre a divulgação de tais informações e duas variáveis independentes, Margem Bruta e número de páginas. A amostra selecionada contou com as dez maiores empresas brasileiras, não financeiras, adotando-se o critério de maior ativo total registrado. Embora a divulgação desse tipo de informação não seja de natureza obrigatória, os autores constataram que as empresas analisadas apresentaram em média 30 sentenças relacionadas ao tema em seus relatórios. A subcategoria de atividades da cadeia de valor interna e externa representou 54,58% do total de sentenças identificadas. Além disso, os autores verificaram que existe correlação positiva significativa entre a quantidade de sentenças divulgadas e o número de páginas dos relatórios, porém, verificou-se que o mesmo não ocorre quando tentou-se correlacionar com a margem bruta, não sendo possível afirmar que maior margem bruta incentivaria um volume maior de divulgação de informações da cadeia de valor.

O quinto artigo, intitulado “Avaliação de Desempenho Organizacional: Panorama das Publicações em Periódicos Nacionais”, de autoria de Sandra Mara Iesbik Valmorbidia, Sandra Rolim Ensslin, Leonardo Ensslin e Sandro César Bortoluzzi, teve como objetivo identificar as principais ferramentas de avaliação de desempenho organizacional publicadas em periódicos nacionais da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, classificados pela CAPES com Qualis A1 à B5. Da análise de 489 artigos, os autores alcançaram os seguintes resultados: (i) identificaram os principais autores e periódicos do tema avaliação de desempenho organizacional; (ii) observaram que a partir do ano 2000 as publicações sobre o tema cresceram substancialmente; (iii) perceberam que as ferramentas Análise Envoltória de Dados (DEA), *Balanced Scorecard* (BSC) e Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C) são as ferramentas mais usadas para avaliar o desempenho; (iv) identificaram que a maioria das ferramentas encontradas na literatura são multicritério; (v) conseguiram descrever o processo utilizado pelas ferramentas para avaliar o desempenho organizacional.

Já o sexto artigo, de autoria de Ana Heloísa da Costa Lemos e Alessandra Mello da Costa, intitulado “A Dimensão Simbólica da Empregabilidade: Mercado, Políticas Públicas e Organização Social do Trabalho”, se propõe a entender e contextualizar como mudanças no discurso acerca do trabalho atrelam-se a mudanças mais amplas de reorganização da produção capitalista por meio de duas premissas: (i) a atualização do papel social do mercado de trabalho é mediada por transformações que operam na esfera simbólica, criando condições que propiciam a mudança de atitude e mentalidade dos trabalhadores, adequando-os às novas condições do mercado de trabalho e, por extensão, do processo produtivo; e (ii) estas transformações encontram sua forma mais acabada no discurso que se constrói em torno do neologismo empregabilidade. Os resultados levaram os autores a fazer ressalvas à argumentação de que o discurso sobre a empregabilidade vem propiciando a mudança de atitude e mentalidade dos trabalhadores, adequando-os às novas condições do mercado de trabalho. Segundo os autores, apesar de estar em curso um processo de re-significação da noção de emprego e das condições de inserção no mercado de trabalho - resumidas na categoria empregabilidade - esta ainda não pode ser considerada efetiva.

O sétimo artigo, intitulado “IFRIC 12, ICPC 01 e Contabilidade Regulatória: Influências na Formação de Tarifas do Setor de Energia Elétrica”, de autoria de Talles Vianna Brugni, Adriano Rodrigues, Cláudia Ferreira da Cruz e Natan Szuster procurou investigar se as características contábeis da IFRIC 12 e ICPC 01 podem influenciar de forma significativa na formação de tarifas do setor de energia elétrica no Brasil. Com uma abordagem estritamente qualitativa – justificada pela incipiência do estágio atual de pesquisa nesta área – os autores realizaram um estudo teórico, de caráter exploratório, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados apresentados pelos autores demonstraram que o modelo de tarifação pode sofrer alterações em função das normas, o que torna uma tarefa difícil e complexa a sua aplicação efetiva no ambiente regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A pesquisa também sinalizou que a principal característica que fundamenta a criação da contabilidade regulatória promovida pela ANEEL é a impossibilidade de contabilização, pelas normas internacionais, dos chamados ativos e passivos regulatórios, atestando que o setor de energia elétrica do Brasil é um dos setores que terão suas demonstrações financeiras mais afetadas pela convergência das normas contábeis para o padrão internacional.

No oitavo artigo, intitulado “Capacidade Informativa das Demonstrações Financeiras dos Bancos Brasileiros: Uma Análise Sob a Ótica do Risco de Liquidez”, os autores Orleans Silva Martins, Clésia Camilo Pereira, Lúcio Rodrigues Capelletto e Edilson Paulo buscaram analisar as demonstrações financeiras de 28 empresas que integram o Segmento Bancos da BM&F Bovespa, por meio de suas demonstrações financeiras do ano de 2009, sob a ótica do risco de liquidez, investigando se as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas dessas empresas atendem às exigências referentes à divulgação do risco de liquidez demandadas pela IFRS 7 e pelos princípios do Comitê de Basileia. Adicionalmente, foi investigado se os coeficientes de cobertura de caixa dessas empresas, calculados a partir da DFC, demonstram alguma relação com o cumprimento dessas exigências. Os principais resultados indicaram baixa capacidade informativa dessas demonstrações em relação à situação e risco de liquidez, tendo em vista que apenas 60,71% das exigências contidas nas normas foram cumpridas. Segundo os autores, ainda, pode-se concluir que o simples fato de possuir bons quocientes de cobertura de caixa não é condição necessária para figurar entre as empresas que mais cumprem as exigências de divulgação das situações e risco de liquidez, ou vice versa. Assim, mesmo quando as empresas possuem bons indicativos de liquidez, as informações exigidas pelo IASB e pelo BCBS deixam de ser divulgadas em suas demonstrações.

Por fim, o nono artigo e último artigo, intitulado “Risco de Crédito em Cooperativas: Uma análise com base no perfil do cooperado”, de autoria de José Roberto de Souza Francisco, Hudson Fernandes Amaral e Luiz Alberto Bertucci, tem como finalidade analisar dentre as operações de crédito, aquelas que geram maior risco de inadimplência para a cooperativa, com base no perfil do cooperado, e identificar quais as estratégias podem ser apontadas para evitar possíveis falhas nas próximas análises de crédito. Os autores verificaram que os modelos mais adequados para análise das Cooperativas de Crédito são os Modelos de *Credit Scoring* e o *Credit Bureau*. Com base nisso, os autores concluíram que as variáveis mais relevantes para identificar o risco de inadimplência foram a renda mensal bruta e o valor liberado na concessão de crédito, pois a maior concentração de risco de inadimplência.

Boa leitura a todos.

Marcelo Alvaro da Silva Macedo  
Editor